

O PROTAGONISMO DA ETNIA NEGRA NA LUTA PELA LIBERDADE: UMA RESSIGNIFICAÇÃO DO PROCESSO ABOLICIONISTA.

Clealdo Pinto Júnior - Liceu Domingos Sávio¹

Resumo

A historiografia brasileira ressalta a iniciativa do colonizador no processo abolicionista e silencia a luta dos negros pela liberdade. No entanto, a natureza ideológica e mutável dos discursos exige uma constante reflexão e ressignificação dos enunciados. Assim, este trabalho procura compreender o fim da escravidão brasileira sob um novo olhar, que oportunize a expressão da resistência negra. Dessa forma, procederemos a análise da trajetória do negro no Brasil, em busca de sua liberdade, bem como o impacto da Abolição na vida da população negra. Para embasar este estudo, a pesquisa dialoga com os seguintes autores: Cardoso (2008); Davis (2013); Domingos (2011); Freire (2000); Gilroy (2012); Hall (2003); Munanga (2004); Prandi (1995) e Ribeiro (2014). Portanto, conclui-se que o discurso historiográfico negligencia uma trajetória de resistência e mobilização negra pela busca de um ideal de liberdade cultural, social e religiosa. Além disso, verifica-se que a negação do protagonismo negro na Abolição da escravatura encobre uma ideologia de dominação e uma hierarquização social, que mantém privilégios dos brancos e penaliza os negros.

Palavras-chave: Palavras-chave: Protagonismo. Etnia negra. Ressignificação cultural. Abolição.

THE PROTAGONISM OF BLACK ETHNIA IN THE FIGHT FOR FREEDOM: a new meaning OF THE ABOLITIONIST PROCESS.

Abstract

Brazilian historiography highlights the initiative of the colonizer in the abolitionist process and silences in relation to the struggle of the blacks for freedom. However, the ideological, mutable nature of discourses requires constant reflection and re-signification of statements. Thus, this work seeks to understand the end of Brazilian slavery under a new look, which allows the expression of the black resistance. It analyzes the trajectory of the negro in Brazil in search of his freedom and the impact of Abolition on the life of the black population. To support this study, the research dialogues with the following authors: Cardoso (2008); Davis (2013); Domingos (2011); Freire (2000); Gilroy (2012); Hall (2003); Munanga (2004); Prandi (1995) and Ribeiro (2014). Therefore, it concludes that the historiographic discourse hides a trajectory of resistance and black mobilization in search of an ideal of cultural, social and religious freedom. Moreover, the denial of black protagonism in the Abolition of slavery masks an ideology of domination and a social hierarchy, which maintains privileges of whites and penalizes blacks.

Keywords: Black protagonism; Cultural re-signification; Abolition.

¹. Professor da rede pública no Estado do Ceará - Liceu Domingos Sávio. Especialista em Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e Literatura e em Políticas de Inclusão Racial na Educação Escolar, respectivamente, pela Faculdade Padre Dourado e pela UNILAB.

1. Introdução

O presente artigo oferecerá uma compreensão ampla sob o impacto sociocultural decorrente do processo de escravidão. Assim, buscamos mostrar que a abolição, diferente do que apregoa a tradição historiográfica brasileira, não se configurou como um ato de benevolência do colonizador, mas, de modo inverso, consistiu em um conjunto de medidas empreendidas pelo negro em busca da liberdade. Essa liberdade conquistada, a cada dia, vai muito além da possibilidade de dominar o próprio corpo e esconde aspectos culturais e religiosos. Diante disso, compreendemos que o negro escravizado não assistiu a sua libertação, uma vez que a abolição resultou de mobilização negra. Neste sentido, as leis surgidas durante o período colonial, que asseguravam paulatinamente a liberdade negra, demonstram um crescente fortalecimento do discurso abolicionista, conseqüentemente da luta negra. Inicialmente, verificam-se escravos maiores de sessenta anos e, por fim, a Lei Áurea, abolindo a escravidão no Brasil.

Neste sentido, buscamos uma ressignificação do processo abolicionista à luz de uma ideologia que se mostre respeitosa em relação à luta dos negros no Brasil. A história apresenta um negro coadjuvante do processo de abolição e alheio ao debate abolicionista. Contudo, quando algumas ações individuais de resistências surgiram e foram se tornando frequentes, o negro compreendeu que a liberdade devia ser conquistada. Ademais, à medida que a insurgência negra ganhava força, escritores e intelectuais somavam-se à causa negra. Portanto, compreender a abolição sob o prisma eurocêntrico, em que a ênfase é dada à Lei Áurea e não à resistência negra, é algo reducionista.

Além disso, apresentamos as condições de vida extremamente degradantes a que os negros foram submetidos, inclusive, com uma tentativa de cerceamento cultural empreendida pelo colonizador às populações escravizadas. Neste sentido, compreendemos relevante identificar as estratégias de luta e resistência cultural desenvolvidas para assegurar a manutenção das raízes culturais e para a conquista da liberdade, decorrente do fim da escravidão. Portanto, acreditamos que, ao final deste artigo, algumas “verdades” consolidadas sejam esquecidas e outra verdade emerge e traga clareza para alguns problemas sociais enfrentados pelos negros na contemporaneidade.

2. Fundamentação teórica

2.1 A História do Negro no Brasil no Período Colonial

A educação básica brasileira busca oferecer aos estudantes o conhecimento da cultura brasileira. Contudo, o termo cultura brasileira enseja um universo complexo e dinâmico de significados. Muitos posicionamentos emanam dessa intrigante tentativa de delimitar a cultura brasileira e, desse entrave, surgem posições distintas, por vezes antagônicas, que precisam ser analisadas dentro do contexto em que aparecem. Assim, tentativas essencialistas e reducionistas precisam ser submetidas ao crivo da crítica para que as ideologias tacitamente encobertas em seu escopo possam ser desveladas e compreendidas. No entanto, a tarefa de perceber os interesses que subjazem aos discursos expressos na historiografia oficial brasileira não é uma tarefa fácil, pois exige dos cidadãos uma percepção ampla da estrutura política, econômica e social que, muitas vezes, falta aos mesmos. Diante disso,

uma versão cultural emerge como prestigiada e as demais expressões culturais são obscurecidas, minimizadas, estereotipadas ou folclorizadas. Neste sentido, cabe-nos a tarefa de registrar o trajeto hierarquizado percorrido pela cultura brasileira e identificar elementos que contribuíram para essa conformação cultural, bem como registrar os instrumentos de resistência manifestos ao longo do processo de construção da cultura brasileira.

Um primeiro e crucial aspecto a ser considerado para que entendamos o estágio atual da cultura brasileira refere-se ao colonialismo. O sistema colonial teve seu período áureo no período compreendido entre o século XVI e XVII. Nesse intervalo, assistiu-se à substituição do teocentrismo medieval pelo antropocentrismo renascentista, ou seja, um sentimento de autoconfiança passa a dominar os homens daquela época. Destarte, os temores que marcaram o período medieval cederam espaço para a busca da ascensão econômica dos Estados-nações europeus, mediante conquistas territoriais, povoamento dessas terras e exploração de seus recursos naturais. Portanto, a conquista dessas terras, chamadas colônias, assegurava a seus proprietários o estabelecimento de intensas transações comerciais através da navegação. No entanto, o colonialismo manifestou-se em duas diferentes vertentes: colônia de povoamento e colônia de exploração. A primeira marca uma ocupação com finalidade de estabelecimento de moradia e desenvolvimento local. Neste caso, a metrópole, proprietária da colônia, recebia apenas um percentual dos valores gerados pelo trabalho desenvolvido pelos colonos, ou seja, remetia-se uma pequena parte dos valores gerados e a maior parte era empregada no desenvolvimento e estruturação da própria colônia. Já a colônia de exploração era marcada por uma relação parasitária com a metrópole, ou seja, todas as

riquezas produzidas eram remetidas à metrópole. Neste sentido, não nos custa perceber que as grandes potências europeias eram sedentas pela conquista da maior quantidade de terras possíveis e, sobretudo, pela exploração das riquezas que essas colônias oferecessem. É mister esclarecermos que algumas colônias apresentavam uma extensão territorial expressiva e tornavam difícil, inclusive, a seguridade da posse, uma vez que a gana por riqueza levava, muitas vezes, a combates armados entre potências comerciais distintas. Neste contexto, a escravização humana em grande escala mostrou-se um importante instrumento de viabilização da colonização e, tempos depois, um nicho de mercado importante, mediante tráfico humano. Em nome da busca desenfreada pelo ter, uma parcela da humanidade foi escravizada e sofreu violências diversas, que não se restringiram a castigos físicos, mas também atingiram a mente e a identidade cultural dos cativos. Portanto, a escravidão negra não só marca o início da Era Moderna como constitui condição sine qua non de sua existência. (GILROY, 2012)

A formação dos impérios coloniais europeus acarretou a reificação de povos negros de diferentes origens do continente africano. Assim, ao falarmos em diferentes origens, estamos destacando o importante aspecto da diversidade cultural presente no próprio continente africano. Deste modo, não se pode homogeneizar as diferentes culturas africanas sob o epíteto de Cultura africana ou Cultura negra. Há diferentes culturas africanas dentro daquela África que foram expropriadas de seus redutos de expressão e foram arremessadas no continente americano, através do Atlântico. Diante disso, diferentes manifestações culturais africanas encontraram-se com as culturas do colonizador e com as culturas indígenas, também presentes em solo brasileiro. Portanto, é a alegorização desse movimento da cultura africana para chegar ao

Brasil e o contato desta com outras expressões culturais que gera o que Gilroy (2012) e Hall (2003) denominam “diáspora negra”.

Conforme dissemos há pouco, o território brasileiro era marcado pelo multiculturalismo, ou seja, havia em solo brasileiro a confluência de diversas culturas. Assim, não obstante haver uma coerção para que a cultura do colonizador predominasse e suplantasse as demais expressões culturais, o que se verificou foi uma relação dialógica entre as diferentes culturas, sobretudo entre as culturas marginalizadas, muito embora a cultura hegemônica também tenha sofrido alteração. Neste sentido, as culturas africanas foram se modificando e se misturando com outras culturas. Dessa mistura, denominada por Hall (2003) criouliização e por Munanga (2004) mestiçagem, surge uma expressão cultural nova e ressignificada.

A cultura não é algo rígido e imutável, conforme desejavam os colonizadores no período de expansão territorial e marítima, nem homogênea segundo acreditam os neocolonialistas (GILROY, 2012). Há no diálogo intercultural contribuições de parte a parte, ou seja, essas culturas diaspóricas são marcadas pela mudança e hibridização (HALL, 2003). Assim, a retomada genealógica da cultura perdida mostra-se um esforço improfícuo, pois o negro diaspóricado não se reconhece nessa cultura usurpada, mas, sim, na nova expressão cultural construída pela diáspora. Segundo Gilroy (2012, p. 20):

Formas contrastante de ação política emergiram e criaram novas possibilidades e novos prazeres através dos quais os povos dispersados reconheceram que os efeitos do deslocamento espacial tornaram a questão da origem inacessível e em ampla medida irrelevante. Eles podem mesmo ter chegado a aceitar a

possibilidade de que não são mais o que já foram um dia, e não podem, portanto, rebobinar as fitas de suas caóticas histórias culturais.

Portanto, o conhecimento obrigatório da cultura afro-brasileira determinado pela Lei 10.639/03 deve levar em consideração a relação dialógica da cultura africana com outras expressões culturais e perceber as relações imbricadas em tais relacionamentos. Diante disso, a lei assegura aos estudantes brasileiros o conhecimento de sua origem, de sua identidade cultural, que está umbilicalmente ligada à diáspora negra.

2.2 O Negro Antes da Chegada dos Europeus

Alguns segmentos da sociedade brasileira, ainda hoje, acreditam que o continente africano sempre foi marcado pelo atraso e subdesenvolvimento. Contudo, uma análise dos modos de vida dos distintos grupos étnicos africanos que contribuíram com a formação cultural brasileira, ao serem violentamente arrancados de seus territórios, mostrará que havia organizações sociais extremamente desenvolvidas. Dentre os povos africanos que apresentaram um elevado grau de organização social e econômica destacamos os haussás. Esta etnia sofreu colonização islâmica e aprendeu a ler e escrever em árabe. Além da escrita, dominou técnicas de cultivo agrícola, conheciam as artes da guerra e já praticavam a escravidão, usando escravos como lavradores ou soldados. Os haussás também apresentavam um elevado domínio da metalurgia e dominavam a economia monetária. Outros povos havia que, além de organização social, manifestavam um acentuado desenvolvimento artístico.

Diante desse panorama, podemos nos questionar até que ponto a cultura africana pode contribuir

para a melhoria de vida dos brasileiros. A resposta a esse questionamento leva-nos a autorreflexão e a análise crítica dos relacionamentos humanos. Por conseguinte, não podemos esquecer os graves problemas que corroem as relações interpessoais como, por exemplo, a violência, o descaso e o desrespeito. A busca desenfreada pelo “ter” promove o distanciamento das pessoas e a ruptura dos vínculos familiares. Não é raro encontrarmos pessoas completamente ilhadas em seu próprio seio familiar. Esse isolamento, torna-as mais vulneráveis ao vício e a doença. Tudo isso é produto de uma cultura global do não ouvir e, pior ainda, do menosprezar o outro. No entanto, os povos africanos resguardam na ancestralidade sua maior riqueza. A cultura oral, transmitida pelos anciãos, é extremamente valorizada, pois encerra uma verdade vivida ou presenciada.

A cultura africana é a grande guardiã dessa ancestralidade, pois, para o africano, a palavra do idoso é uma palavra de sabedoria. Hoje, vivemos no mundo da tecnologia e reatar esse elo com a africanidade esquecida exige esforço e serenidade. Assim, primeiramente, é preciso conhecer essa cultura africana em profundidade, não através de recortes caricaturais e folclóricos, mas conhecê-la, com respeito. Essa tarefa parece fácil, mas encerra uma luta contra verdades consolidadas historicamente, através de uma política deliberadamente excludente, que incute na sociedade brasileira um modelo cultural hegemônico, notadamente branco e aristocrático. Neste sentido, conhecer a cultura africana é garimpar as manifestações negras sobreviventes e diaspóricas, que manifestam-se na cultura brasileira. O segundo ponto é o respeito a cultura negra, não como cultura exterior ao ser brasileiro, mas como parte desse próprio ser, ou seja, é reconhecer-se parte dessa africanidade negada historicamente, mas revigorada pela luta e resistência de negros, independentemente da cor da pele.

Portanto, essa imagem de inferioridade e atraso, difundida, há tempos sobre os povos africanos e ainda persistente hoje, não passa da criação de estereótipos culturais, que visam à manutenção da hierarquia social e, conseqüentemente, de privilégios econômicos do colonizador. O fato é que a África, antes da chegada do europeu, era evoluída, inclusive, dominando algumas tecnologias ainda não exploradas pelo europeu como, por exemplo, a metalurgia.

2.3 A Vida no Brasil: um processo de abnegação e luta.

A chegada ao Brasil representou uma ruptura traumática. Primeiramente, o distanciamento da terra natal significou um momento de muito sofrimento, pois para o africano a terra tem uma dupla simbologia mística, o vínculo com a ancestralidade e a oferta de alimentos para o corpo. Assim, há uma indissociabilidade entre homem e terra, conforme podemos colher nas palavras de Domingos (2011, p.8):

O que caracteriza especialmente essas relações entre o homem e a terra, são traços vivos da existência da ligação concreta e não utilitária da porção da terra dada. Esta ligação é caracterizada pela indissociabilidade da interdependência entre um e outro; a interdependência reconhecida que se traduz pelas obrigações recíprocas. Uma relação vital associa o homem ao espaço natural como a fonte de valores de subsistência, transfigurada na Mãe Nutriz.

Nesse sentido, a distância da África não pode ser compreendida de modo objetivo, enquanto mero caráter geográfico. Muito mais que isso, a vinda para o Brasil configurou uma ruptura com a magia que existe entre o homem e a ancestralidade. Assim, os africanos escravizados e arrancados de

suas terras passaram primeiro por muitos sofrimentos. O elo com a terra e ancestralidade fora quebrado, o colonizador tirara a segurança em relação ao futuro e, sobretudo, em relação a própria identidade de milhares de negros levados ao Brasil. Que surpresas poderiam esperar? A nova terra ofereceria a segurança biológica e espiritual? O vínculo com a ancestralidade estaria mantido? Não se pode afirmar que tais questões ocuparam a mente dos negros escravizados, mas o estudo da cultura africana assegura que a separação com a terra foi traumática e deixou marcas indeléveis em seu espírito.

Uma segunda e não menos dolorosa violência praticada contra as comunidades africanas alvo de escravização foi a separação de seus familiares. Assim, tão logo chegavam ao Brasil, famílias inteiras eram separadas, atendendo a interesses meramente comerciais. Além disso, havia, nessa prática, a vantagem de evitar insurgência de grupos familiares. Deste modo, o fato é que filhos, mães e pais foram separados para não mais conviverem. Por conseguinte, grupos africanos distanciados geograficamente e culturalmente passaram a conviver e manifestar crenças e costumes. No entanto, cada negro ou negra aqui trazido só contava consigo e com sua religiosidade para suportar as condições adversas que a escravidão reservava, pois a desumanidade da escravidão restringia a solidariedade entre os que viviam tal flagelo.

2.4 A mestiçagem Cultural e Racial Brasileira

A palavra miscigenação aparece no dicionário Ferreira (2010, p. 1402) como “Cruzamento de etnias; mestiçamento; mestiçagem, caldeamento”. Essa definição atende a uma conceituação geral, mas mostra-se extremamente reducionista e vaga, quando aplicada ao “choque” cultural entre negros,

índigenas e brancos europeus. Usamos o termo choque, porque compreendemos que essa expressão reflete com maior fidelidade a confluência dessas distintas culturas, uma vez que a palavra “encontro” poderia ensejar uma falsa relação de reciprocidade ou voluntarismo. Assim, como aos negros escravizados não foram apresentadas alternativas, haja vista o emprego da força para retirá-los de seus territórios, acolhemos o vocábulo choque por entendermos mais adequado.

Neste sentido, a mestiçagem cultural ocorrida no Brasil no período da colonização deve ser criteriosamente analisada. Primeiramente, é preciso compreender que negros e índios não eram sujeitos de direitos, ou seja, não lhes eram garantidos os direitos mais fundamentais como, por exemplo, a liberdade, a salubridade de uma moradia digna e uma alimentação adequada. Não bastasse isso, os negros eram submetidos a trabalhos forçados até os limites da resistência humana. Assim, fragilizados pela escravidão, os negros e índios, muitas vezes, valiam-se do corpo para desfrutar de melhores condições de vida. Além do cruzamento racial entre negros e brancos, verificou-se a mistura entre índios e negros. Contudo, apesar de negros e índios terem sofrido com as maldades do opressor branco, coube aos negros um sofrimento maior. Uma das razões para essa distinção diz respeito à percepção diferenciada dada pelos jesuítas, que viam o índio como ingênuo e em estado permanentemente pueril, enquanto negros eram representados como condenados desde a origem. Portanto, numa extensão interpretativa da escritura sagrada, os negros eram vistos como descendentes de Cannan (ou Caim) que fora amaldiçoado a ser “[...] o último dos escravos de seus irmãos!”. Por conseguinte, a escravidão do negro foi defendida pelo europeu como um ato justificável, inclusive, apontado em profecias. (DAVIS, 2013)

A mestiçagem operada no Brasil colonial foi diversificada. Além da mistura racial, houve também interseções culturais dessas três matrizes étnicas. Assim, o negro que já tinha uma relação espiritual com a natureza passou a usar ervas para fins medicinais após o contato com o indígena. Um outro ponto de confluência cultural é a Língua Portuguesa usada no Brasil. Diversas palavras usadas atualmente apresentam origem indígena e africana como, por exemplo, topônimos e diversos pratos culinários, além de vocábulos como “moleque”, “zanga” e “cochicho”, que já se acham incorporados ao falar brasileiro e cuja origem africana não é recuperada.²

2.5 A Tradução Cultural e Religioso como Mecanismo de Preservação Cultural

A mestiçagem cultural a que fizemos referência, há pouco, foi violentamente combatida pelo colonizador. As manifestações culturais e religiosas de indígenas e negros sofreram perseguição e sua prática foi proibida. A título de exemplo, poderíamos fazer uma analogia entre a repressão à expressão cultural negra e a expansão do Império Romano. Os romanos aos conquistarem novos territórios e povos, através das guerras, tratavam logo de impor sua cultura e língua. Assim, os povos conquistados mantinham-se mais controláveis, pois práticas culturais e religiosas são poderosos recursos de aglutinação social e, uma vez reunidos, os grupos dominados poderiam rebelar-se contra os seus opressores. Neste sentido, a perseguição às práticas de ritos religiosos e práticas culturais atendia, sobretudo, a manutenção do status quo, ou seja, mantinha inalteradas as condições de exploração impostas a índios e negros.

A tentativa de aculturação de negros e índios não logrou o êxito desejado pelos colonizadores, pois muito dessas culturas encontram-se embutidas na cultura brasileira. No entanto, é conveniente lembrar que aspectos culturais negros não precisam guardar fidelidade à sua raiz africana, haja vista que a cultura é por natureza mutável no seu percurso diacrônico. Assim, parte dessa cultura diaspórica do negro chegou aos nossos dias e outra parte foi perdida em meio à repressão e à intolerância. Outros casos há em que determinada influência cultural não conserva a gênese africana, exceto para um grupo restrito de estudiosos. Neste sentido, poderíamos citar a prática cultural das rezadeiras, tão requisitadas por pessoas das mais diversas religiões para curas de enfermidades como, por exemplo, vermelha, espinhela caída, quebranto e tantos outros males que afligem os seres humanos. Algumas pessoas mostram-se até cerimoniosas ao buscar tais ajudas, pois temem reprimenda social em razão do preconceito dirigido às rezadeiras. Esse preconceito resulta de uma política de imposição da cultura hegemônica, notadamente, a cultura do colonizador.

A violência física e psicológica enfrentada pelos negros escravizados era muito grande e o colonizador impedia-os de realizar suas práticas religiosas, que era a única maneira encontrada para conservar o vínculo com a ancestralidade e manter o equilíbrio interior no conturbado momento em que se achavam inseridos. Assim, o negro precisou criar estratégias para viabilizar a expressão e conservação de sua cultura sem sofrer castigos. Desse modo, rituais e cerimônias africanas foram transvestidas em práticas e ritos religiosos católicos. Destarte, a capoeira foi ressignificada pela diáspora e tornou-se aos olhos do homem branco uma dança.

² Documentário Mojubá – Episódio 1. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=mpjxTzsQfQk&list=PLNM2T4DNzmq5jtQbw8sgGrx3NwjX_Xgw_

Neste contexto, os orixás das religiões africanas encontraram correspondência com santos católicos e puderam ser cultuados pelos negros. Este processo de interseção cultural ou religiosa é denominada ressignificação e foi através dele que as culturas marginalizadas durante o período colonial puderam subsistir. Assim, Oxum foi ressignificado em Nossa Senhora das Candeias, Iemanjá foi ressignificado em Nossa Senhora da Conceição, Exu sincretizou-se no diabo católico etc. No entanto, é preciso perceber que a ressignificação mais que uma opção, foi uma necessidade. Para Prandi (1995, p.18), “O sincretismo se funda neste jogo de construção de identidade. O candomblé nasce católico quando o negro precisa ser também brasileiro”. Neste sentido, a tradução cultural foi um passo importante na busca da cidadania negada aos negros brasileiros no período colonial e ainda hoje cerceada pela preconceito racial.

2.6 A Luta pela Liberdade

A sociedade hoje prega o discurso da liberdade. A própria Constituição Federal brasileira de 1988 postula diversos tipos de liberdade como, por exemplo, de expressar opiniões e de ir a qualquer lugar. Além disso, percebemos que a modernidade apregoa uma maior liberdade nas relações interpessoais. Hoje, muitos filhos sentem-se bastante à vontade para conversar com seus pais os mais diferentes assuntos. No entanto, muitas vezes a liberdade formal, aquela propagada pelos meios de comunicação e em discursos publicitários, não passa de um conceito. Um bom exemplo disso é o processo eleitoral brasileiro. Nele há o indicativo de que todos são “livres” para escolher conscientemente seus governantes, segundo o processo democrático a que o país adere. Contudo, podemos afirmar que um brasileiro pobre, desempregado, marginalizado

socialmente é livre de consciência para enfrentar uma estrutura política viciada e corruptiva?

A resposta a essa pergunta remonta às primeiras ações empreendidas por negros brasileiros escravizados durante a colonização. Eles desenvolveram muitas estratégias de resistência à escravidão, que contribuíram para a construção da sociedade livre e justa, ainda hoje, sonhada pela sociedade brasileira. Entretanto, apesar do país ainda não mostrar uma liberdade equalizada, ou seja, igualmente distribuída, a situação do negro escravizado pelo colonialismo era desumana e degradante. Nesse contexto violento e opressor, os negros lutaram arduamente pela liberdade, simbolicamente representada pelo fim da escravidão.

Quando se fala em resistência à escravidão (CARDOSO, 2008), de imediato, os Quilombos são mencionados; sobretudo Palmares, o mais famoso deles. Quilombos eram comunidades criadas por negros escravizados, que fugiam.

Nestas comunidades, manifestou-se uma organização social fundada na justiça e um modelo econômico autossustentável, muito embora houvesse relações bilaterais entre aldeamentos quilombolas próximos. Nessas comunidades politicamente organizadas, a tradição africana encontrava liberdade de expressão. (ARAÚJO 2006 apud RIBEIRO 2014, p. 12)

Uma outra forma de resistência à escravidão era o saque de mercadorias, que servia ao duplo propósito de tornar a escravidão menos rentável e proporcionar a compra da liberdade, denominada alforria. Além de fugas e saques, um baixo empenho na realização das atividades também configurou uma maneira de enfraquecer o sistema colonial e, conseqüentemente, impor um termo ao processo escravocrata.

Portanto, os negros impuseram diversas lutas pela liberdade como fugas, saques, organização em Quilombos e a própria ressignificação cultural pode ser concebido como uma resistência cultural. Todas essas lutas foram travadas antes da abolição da escravidão. Outros combates, igualmente intensos, foram iniciados após o fim da escravidão e buscavam a inserção social dos negros e demais setores à margem da sociedade.

3. Conclusão

A informação é um dos mais poderosos instrumentos de dominação. Ao longo da história humana, manifestaram-se discursos que justificavam a dominação e exploração de alguns povos sobre outros. No entanto, a força política e econômica dos dominadores cerceava a veiculação do discurso dos dominados. Assim, o registro histórico que é disponibilizado para conhecimento das gerações futuras apresenta a realidade sob um prisma do colonizador. Neste sentido, devemos estar cientes de que não há neutralidade no ato educativo (FREIRE, 2000) e, sendo a história cultural e social brasileira um conteúdo obrigatório para formação integral do educando, é preciso estar atento às ideologias escondidas nos discursos.

Deste modo, um leitor não-crítico poderá perceber essa importante conquista dos negros como um ato benevolente da princesa Isabel. No entanto, o fim da escravidão representou um longo período de luta e resistência, em que milhares de vidas foram ceifadas.

A extinção da escravidão foi bastante comemorada pelos setores abolicionistas, mas não custou para

que os negros compreendessem a difícil realidade que enfrentariam. O ato “generoso” da princesa não previa a indenização à comunidade negra pelos séculos de opressão sofrida no regime colonialista. Deste modo, os negros estavam à ermo, sem garantia de moradia, trabalho remunerado ou alimentação. Enquanto escravos, eles tinham assegurados uma moradia e alimentação, muito embora inadequada e insuficiente. Entretanto, a liberdade lhe retirou a pequena certeza que tinham.

Os empregos em fábricas nas cidades eram reservados aos brancos por uma imposição hierárquica, uma vez que o trabalho fabril gozava de maior prestígio em comparação com as atividades agrícolas. Assim, a falta de qualificação técnica do negro serviu de justificativa para a inviabilidade de sua inserção no setor fabril. Diante desse contexto, a única alternativa era prosseguir com os trabalhos braçais, antes realizados na condição de escravos, e receber uma pequena remuneração pelo serviço a partir da abolição da escravidão. Esse pagamento era tão ínfimo que não assegurava sequer uma melhoria na qualidade de vida em comparação com a escravidão. Portanto, o fim da escravidão representou muito mais um abrandamento da mácula histórica do colonizador do que uma melhoria de vida para os povos negros escravizados. No entanto, não estamos afirmando que a abolição não constituiu uma conquista para o negro. Pelo contrário, apenas salientamos a falta de uma política assistencialista que atendesse os negros libertos nos anos iniciais do fim da escravidão. Daí podermos falar que a abolição significou para o negro o mesmo que o presente grego significou para os adversários troianos.³

³ Na mitologia grega afirma-se que, durante a guerra entre gregos e troianos, os gregos venceram ao oferecer uma imensa escultura de madeira em formato de cavalo, onde puderam se esconder e conseguiram transpor a resistência da muralha de Troia. Os troianos acreditando tratar-se de um presente colocaram o cavalo dentro de seu território e sofreram a derrota.

4. Referências

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

CARDOSO. L. **O branco “invisível”**: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (Período: 1957-2007). (Dissertação de Mestrado), Faculdade de Economia e Centro de estudos Sociais da universidade de Coimbra, 2008.

DAVIS. Â. **Mulher, Raça e Classe. Tradução Livre Plataforma Gueto**, 2013.

DOCUMENTÁRIO MOJUBÁ – **Episódio 1**. Disponível em < www.Youtube.com > Acesso em: ABRIL/ 2016)

DOMINGOS. Luiz Tomás Domingos. A visão africana em relação à natureza. IN: **Revista Brasileira de História das Religiões**. Maringá (PR) v. III, n.9, jan./2011.

FERREIRA. A. **Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa**. - 5 ed. – Curitiba: Positivo, 2010.

FREIRE. Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam 40. ed. São Paulo, Cortez, 2000.

GILRO. Paul. **O Atlântico Negro**: modernidades e dupla consciência. - 2ed. – Rio de Janeiro: Editora Cândido Mendes, 2012.

HALL. Stuart. **Da diáspora**: Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

MUNANGA. Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**. Identidade Nacional versus Identidade Negra. 2. ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2004.

PRANDI. R. **Deuses africanos no Brasil contemporâneo**: Introdução sociológica ao candomblé de hoje. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, n. 3, p. 10-30, 1995.

RIBEIRO. M. **Políticas de Promoção da Igualdade Racial no Brasil**. [mimeo.], 2014, p. 1-47.